



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



MINISTÉRIO DA SAÚDE
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E PESQUISA EM SAÚDE – ESCOLA GHC
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ
INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA EM SAÚDE - ICICT

PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTO- JUVENIL:
PRODUÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO PARA MÃES

ROSA IRENE MAZZARDO

ORIENTADORA: PSIC. DR^a. VERA LUCIA PASINI

PORTO ALEGRE

2012



Ministério da
Saúde



ROSA IRENE MAZZARDO

**PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL:
PRODUÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO PARA MÃES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde realizada através da parceria da Escola do Grupo Hospitalar Conceição e do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da FIOCRUZ.

ORIENTADORA: PSIC. Dr^a. VERA LÚCIA PASINI

PORTO ALEGRE, 2012

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão, respeito e admiração à minha orientadora Vera Lucia Pasini, que com sua experiência, sabedoria e paciência conduziu-me neste caminho, trazendo luz às minhas dúvidas, e uma direção segura para a construção deste projeto de pesquisa. Foi uma grande honra e privilégio receber seus ensinamentos, muito grata de coração. À minha querida amiga e sócia Maria de Jesus Peixoto (Dida), pelo apoio incondicional, amizade sincera em todos os momentos e idéias sábias. In memória de meu amado pai, Victalino Geronymo Mazzardo que sempre desejou e incentivou a continuidade da minha jornada acadêmica. Gratidão eterna meu pai. À minha mãezinha Luiza, por todo seu amor incondicional e apoio neste ano muito movimentado e por vezes difícil. Grata por tudo mãe. Ao meu filho Rodrigo, amado e querido, grata pela tolerância, quando tua mãe estava um tanto quanto “estressada”. Ao meu querido companheiro Nereu Ribeiro, muito grata. A todos os professores do ICTS/GHC muito obrigada por todos os momentos de aprendizado e aos funcionários da escola GHC, grata pela atenção e delicadeza em todos os contatos. Aos colegas da turma ICTS 2011/12, foi um prazer conhecê-los e compartilhar deste ano de crescimento.

**Minha motivação em escrever a respeito
deste tema:**

“A violência não se resume às delinquências e ao homicídio, é o ato mais hediondo nas relações sociais, pois ele efetiva o egocentrismo do ser humano: o aniquilamento do outro.” (Minayo, 2006, p. 117)

RESUMO

O presente trabalho irá abordar o papel materno na prevenção do abuso sexual infanto-juvenil. Para tanto explicar-se-á sucintamente o que é o abuso sexual, as diferentes formas desta violência, em que âmbito pode ocorrer, além das consequências prejudiciais à vida dos sujeitos vitimados. Enfatizam-se as políticas públicas existentes no enfrentamento desta problemática e os materiais educativos escritos na busca da disseminação da informação para combate desta violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Através desta análise, procura-se salientar a importância do olhar preventivo como uma alternativa saudável no evitamento deste sofrimento, que gera sequelas graves a curto e longo prazo na vida dos indivíduos vitimizados. Assim, valorizando os aspectos positivos da prevenção sugere-se a construção de um material educativo direcionado às mães com o objetivo de prepará-las e alertá-las para esta grave situação e focar seu papel de alta relevância na orientação de seus filhos e filhas.

Palavras chaves: Maus Tratos Sexuais Infantis; Violência Sexual; Mães; Prevenção Primária; Tecnologia da Informação; Políticas Públicas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPIA	Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREAS	Centro de Referência Especial da Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VIVA	Vigilância de Violências e Acidentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS DO ESTUDO	9
2.1 OBJETIVO GERAL.....	9
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
3 JUSTIFICATIVA	10
4 REFERENCIAL TEÓRICO	11
4.1 O QUE É ABUSO SEXUAL.....	11
4.2 LEIS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	14
QUADRO 1	17
TABELA 1	17
4.3 MATERIAIS EDUCATIVOS SOBRE ABUSO SEXUAL.....	18
5- METODOLOGIA	20
6- CRONOGRAMA	22
7- ORÇAMENTO	23
REFERÊNCIAS	24

1INTRODUÇÃO

O tema deste projeto de pesquisa refere-se à problemática do abuso sexual em crianças e adolescentes. Mais especificamente focado no trabalho de prevenção, com o entendimento de que as mães podem exercer um papel de grande relevância em relação a esta problemática junto aos seus filhos (as).

Investir na prevenção primária no caso do abuso sexual infanto-juvenil é antes de tudo respeitar os direitos destes, oferecendo cuidados adequados e proteção, que estão garantidos tanto na Constituição Federal de 1988, no artigo 227, quanto na Lei n. 8.069, que configura o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Além de buscar frear esta violência que rouba a inocência desta fase da vida, ter um investimento na prevenção é bem menos oneroso do que os tratamentos após o sofrimento do trauma.

Assim, o objetivo é a construção de um material educativo direcionado às mães, para auxiliá-las na compreensão desta grave realidade, muito presente nos dias atuais, para que se sintam mais aptas e confiantes ao tratarem do assunto e também entendam a importância de estarem orientando seus filhos em prol de evitarem este tipo de violência.

O desejo em canalizar o estudo na questão do papel materno na prevenção de abuso sexual em crianças e adolescentes surgiu, por um lado, pela experiência clínica de atendimentos a crianças, adolescentes e suas famílias, pela observação do envolvimento materno na psicoterapia e na busca de melhoras e soluções para os sofrimentos psíquicos dos filhos. Não é negada absolutamente, a participação do pai, mas observo, nestes quinze anos de trabalho com crianças e adolescentes também vítimas de violências, que a grande parte dos pais deixava mais a cargo das mães os cuidados dos filhos. Além destas questões, como foi constatada na literatura, a maior parte dos abusos é cometido por homens e em muitos casos dentro da própria família da criança ou adolescente.

2 OBJETIVOS DO ESTUDO

2.1- OBJETIVO GERAL:

➤ Analisar e sistematizar informações para a produção de material educativo sobre prevenção à violência sexual, voltado para mães de crianças e adolescentes.

2.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

➤ Analisar materiais educativos realizados em âmbito nacional para proteção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes;

➤ Sistematizar as informações relevantes para a produção de material informativo voltado especialmente para as mães;

➤ Produzir um material educativo voltado para as mães de crianças e adolescentes sobre prevenção à violência sexual.

3 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho busca ressaltar a necessidade permanente de atenção a questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes. Trata-se de uma problemática grave e com consequências negativas duradouras, que podem prejudicar todas as áreas da vida de quem sofre este tipo de violência.

Este projeto de pesquisa visa focar na temática da prevenção como tática de defesa para as crianças e adolescentes, pois a informação adequada fornece subsídios para o alerta diante de situações que podem ser perigosas. Acredita-se que se a criança e o adolescente estiverem bem orientados, terão maior preparo emocional para identificar situações que os coloquem em risco.

Sendo assim, compreende-se que a mãe tem um papel importante na prevenção do abuso sexual infanto-juvenil, pois geralmente é alguém em quem a criança e o jovem confiam. Para tanto, é necessário fortalecer seus conhecimentos sobre este assunto que devido aos seus agravantes, tornou-se um problema de saúde pública. Embora tenham ocorrido muitas mudanças ao longo das décadas nas questões familiares e educacionais, as mães continuam em grande parte, assumindo os cuidados com os filhos e, muitas vezes, sem nenhum apoio. Até porque, tem aumentado muito a porcentagem de mulheres chefes de família. Além disso, é comprovado em muitas pesquisas que os abusadores em sua maioria são do sexo masculino.

Assim, realizou-se uma análise preliminar de trabalhos escritos por órgãos federais focados na prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes e constatou-se que, os mesmos são destinados a população em geral ou a profissionais, mas não diretamente para as mães. Neste sentido, pretende-se construir um material informativo direcionado para elas, com o intuito de ajudá-las a prepararem seus filhos na prevenção ao abuso sexual. Pois, como as mães continuam sendo as principais cuidadoras, e chefes de família na atualidade, além de também serem grande parte vítimas de violência, pretendem-se com este projeto valorizar este vínculo, fortalecendo a confiança materno/filial para que através da informação prestada às mães, estas, possam tornar-se veículos de transmissão destes conhecimentos para seus filhos, objetivando seu desenvolvimento saudável.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fato trágico, presente há séculos nas sociedades do mundo inteiro. Há algumas décadas aqui no Brasil, começou a receber um olhar mais atento de diversos setores, o que trouxe um pouco de esperança e desejo de modificar esta triste realidade. Assim, pela mobilização social e política, iniciou-se a construção de políticas públicas para a proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Veronese e Costa (2006, p.27) referem que “a palavra violência vem do termo latino “vis”, que significa força. Assim, violência é abuso da força, usar de violência é agir sobre alguém ou fazê-lo agir contra sua vontade, empregando a força ou a intimidação”. Infelizmente a violência é um mal presente no mundo desde o início das civilizações e, embora tenham ocorrido inúmeros esforços para coibir e modificar este modo nocivo de se relacionar há muito que se fazer, principalmente na defesa das crianças e adolescentes, pois muitos ainda estão presos neste ciclo vicioso de maus tratos. Existem muitas formas de abusos contra esta parcela da sociedade: negligência e abandono; abusos físicos (síndrome do bebê sacudido, síndrome da criança espancada); abuso sexual; abuso psicológico; síndrome de Munchausen por procuração (Brasil, 2002a).

No presente projeto nos deteremos na violência sexual, compreendendo que esta traz inúmeros malefícios de longa duração à vida de crianças e adolescentes vitimados e que, por isso mesmo, é muito relevante que hajam mais medidas efetivas, visando à prevenção como forma de barrar a perpetuação deste crime bárbaro.

4.1- O QUE É ABUSO SEXUAL?

Segundo o pediatra Dr. Monteiro Filho da ABRAPIA (Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência):

O abuso sexual é uma situação em que a criança ou o adolescente é usado para a gratificação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, baseado

em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, “voyeurismo”, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física. A etiologia e os fatores determinantes do abuso sexual contra a criança e o adolescente têm implicações diversas. Envolve questões culturais (como no caso do incesto) e de relacionamento (dependência social e afetiva entre os membros da família), o que dificulta a notificação e perpetua “o muro do silêncio”. Envolve questões de sexualidade, seja da criança, do adolescente ou dos pais, e da complexa dinâmica familiar (2002, p.8).

O médico refere que geralmente o abusador convive com a criança e que frequentemente tem estabelecido um vínculo afetivo (seja familiar ou de amizade), ou seja, é alguém que conquistou a confiança da criança ou do adolescente. Um dos principais fatores que caracterizam o abuso é a relação de poder que há entre o abusador e a vítima. Utilizam-se da sedução, intimidação, além de também alimentarem sentimentos de culpa. Salienta também, que existem muitas formas de abuso sexual: pode ser sem contato físico (abuso sexual verbal; telefonemas obscenos; exibicionismo; voyeurismo; mostrar filmes pornográficos, revistas, vídeos para as crianças); ou com contato físico (atos físicos genitais, com ou sem penetração; carícias; masturbação; sexo oral ou anal; pornografia, filmando ou fotografando crianças e jovens nus ou em cenas de sexo; prostituição, exploração sexual). E podem ocorrer tanto no universo intrafamiliar como no extrafamiliar (ABRÁPIA, 2002), sendo que, no caso deste último, o agressor não possui vínculo familiar com a vítima. Já o que ocorre dentro da relação familiar se configura como sendo uma relação de incesto.

Segundo a literatura, a violência sexual é um tipo de violência diretamente ligada ao gênero. Constatando-se pelas pesquisas que o sexo feminino é o mais atingido pelo abuso sexual intrafamiliar (Amazarrey & Koller, 1998; Antoni & Koller, 2000; Araújo, 2002; Avancini, 2004; Furniss, 1993; Gabel, 1991; Habigzang & Caminha, 2004; Habigzang et al., 2005; Libório, 2005; Libório & Souza, 2004; Mees, 2001; Narvaz, 2005; Pfeiffer & Salvagni, 2005; Renshaw, 1984 apud Lima e Alberto 2010).

Para Wassermann (2011, p.100):

O fenômeno do abuso sexual expõe as crianças que sofrem tal violação dos direitos humanos a uma situação complexa e causadora de enorme dor e sofrimento. Pela gravidade do tema, o abuso sexual intrafamiliar é reconhecido como uma questão de saúde pública, visto que produz grande efeito nocivo sobre o bem estar psíquico, físico, social, além de colocar obstáculos para uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

A violência sexual infanto-juvenil não pertence a uma determinada classe social. Esta, ocorre em qualquer nível socioeconômico. Até porque, na antiguidade eram os nobres que mais faziam uso desta barbárie para satisfazerem seus desejos perversos.

Furniss (1993) observa que o abuso sexual pode ser interpretado como mais um tipo de adição. O mesmo descreve características da Síndrome de Adição no abuso sexual:

- As pessoas que abusam sexualmente de crianças e adolescentes sabem que o abuso é errado e que constitui crime;
- As pessoas que abusam sexualmente de crianças e adolescentes sabem que o abuso é prejudicial à criança; apesar disso, o abuso acontece;
- O abuso sexual, como outras adições, não cria primariamente uma experiência prazerosa, mas serve para o alívio de tensão;
- O processo é conduzido pela compulsão à repetição;
- Os sentimentos de culpa e o conhecimento de estar prejudicando a criança podem levar a tentar parar o abuso;
- O aspecto sexual egossintônico (em "sintonia" com o ego) do abuso sexual dá à pessoa que abusa a "excitação" que constitui o elemento aditivo central;
- A gratificação sexual do ato sexual ajuda a evitação da realidade e apóia uma baixa tolerância à frustração, denotando um ego frágil;
- As pessoas que abusam sexualmente de crianças e adolescentes tornam-se dependentes psicologicamente dos atos, por aliviarem a tensão;
- As pessoas que abusam sexualmente de crianças e adolescentes tendem a negar a dependência, para ela própria e para os outros, independentemente de ameaças legais;
- A tentativa de parar o abuso pode levar a sintomas de abstinência como ansiedade, irritabilidade, agitação e outros sintomas (FURNISS, 1993, p. 37).

Dessa maneira, sendo o abuso sexual um ato compulsivo de quem o comete mais atenção é necessária na condução de barrar o crescimento de mais vítimas, pois a pessoa que abusa é desprovida de capacidade de afeto, visando apenas a realização de sua obsessão. Para a criança e o adolescente esta violência sempre deixa marcas não somente físicas, mas principalmente psíquicas.

Segundo Minayo (2006), o abuso sexual traz inúmeras consequências a curto, médio e longo prazo: gravidez precoce, abortos clandestinos, abandono do lar pelas meninas e meninos, aumento do número de crianças vivendo nas ruas; Impacto sobre a saúde: física e mental; lesões em várias partes do corpo dependendo da parte molestada; gera muitos déficits emocionais, tanto à nível de aprendizado, distúrbios no comportamento, dificuldade nas relações, isolamento social, baixa auto estima, etc.

A partir do que foi relatado, observa-se pertinente focar o olhar na questão preventiva, pois se compreende que já é chegado o momento de barrar o avanço deste tipo de violência que como já foi explicado, traz muitos prejuízos à vida de quem a sofreu.

4.2- LEIS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA:

As medidas protetivas em relação aos direitos das crianças e adolescentes tiveram maior impacto na sociedade a partir da criação da lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, no qual ressalta no capítulo II em seu artigo 17 que:

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (in Leis Federais Especiais, 2010, p. 123)

A Constituição Brasileira de 1988, já salientava no parágrafo 8º o compromisso do Estado em garantir assistência à família de maneira geral e individualizada aos seus membros, buscando evitar a violência em seu meio. E afirma no artigo 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além disso, no parágrafo 4º, confirma as ações legais de punição severa aos crimes de abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Este artigo da Constituição demonstra a importância de construir medidas eficazes que inibam a violência, referindo no artigo 70 que: “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”. (ECA, 1990).

É importante ressaltar para a atuação do SUS (Sistema Único de Saúde) na garantia de direitos e no desenvolvimento de ações de promoção da saúde e prevenção de violências:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define que o Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável por garantir “o direito a proteção, à vida e à saúde” na sua esfera de atuação, “mediante a efetivação de políticas” (art. 7º da Lei no 8.069/90). É também corresponsabilidade do SUS desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de violências, para que “nenhuma criança ou adolescente seja objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 2010, p. 13).

Assim sendo, o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça a punição de crimes contra seus direitos, como refere o artigo 98:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
III - em razão de sua conduta (Brasil, 2010, p.142).

Em 1993, a Câmara Federal executou a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Prostituição Infanto-Juvenil, revelando o quadro da exploração sexual de crianças e adolescentes em muitos estados do Brasil. Através desta CPI foi averiguado que 50% dos casos de estupros ocorrem no ambiente intrafamiliar, caracterizando situação de incesto, que perverte o verdadeiro sentido da família como instituição protetora de seus membros. Assim, a sociedade vem mobilizando-se tanto em nível nacional, como internacional para enfrentar esta grave situação. (Brasil, 2001)

Cabe novamente ressaltar a necessidade de mais medidas preventivas para buscar inibir o avanço desta violência que atinge seres ainda em formação, que precisam de cuidados e orientação. No ano 2000, foi apresentado e deliberado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, na assembleia ordinária de 12/07/2000, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil:

Constituindo-se em diretriz nacional no âmbito das políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Trata-se, portanto, de um documento legitimado e de referência para as políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal (Brasil, 2002b, p. 14).

Um dos objetivos específicos do Plano de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil é o da prevenção de mais casos deste crime contra crianças e adolescentes, citando inclusive a prevenção quanto aos abusos ocorridos pela

Internet. O referido plano norteia suas ações baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, priorizando os princípios de proteção integral. O estatuto em seu artigo 130 afirma que:

Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum (Brasil, 2010, p. 151).

Todavia, durante o encontro para discussão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, realizado em Natal/RN, de 15 a 17 de junho de 2000, foi constatado que, mesmo com a implementação de providências no combate ao abuso sexual, ainda há muito a se fazer quanto à inibição desta violência e também para assegurar a devida punição dos que cometem este crime que fere a integridade física, moral e emocional de crianças e adolescentes. Embora haja a concordância, pelo Estado Brasileiro, da gravidade das situações, é preciso maior vigor nos resultados (Brasil, 2002).

Com este intuito mais ações foram sendo realizadas. O Programa Sentinela foi criado em 2001 pelo Governo Federal, a partir do Programa de Enfrentamento ao Abuso Sexual Infanto-Juvenil, no contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), para dar atendimento especializado e multidisciplinar às crianças e adolescentes vitimados, bem como às suas famílias, buscando promover ações de reintegração saudável ao seu dia a dia.

O PAIR, Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil foi criado em 2002, objetivando incentivar ações em todo território brasileiro (Avancini, 2004 apud Lima e Alberto, 2010). Este programa tem sua fundamentação na Constituição Federal (artigo 227) e no ECA (artigo 86) para promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Sua base de ação são os municípios, articulando iniciativas de atenção em rede,

Tem como principais objetivos integrar políticas e desenvolver metodologias adequadas que possam ser disseminadas e replicadas. Fruto de uma parceria firmada em outubro de 2002, o PAIR surgiu de uma iniciativa conjunta do Governo Brasileiro e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que trouxe como parceiros técnicos a Partners of the Americas e a Organização Internacional do Trabalho. (Brasil, 2012)

No segundo semestre de 2005, o Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizou um levantamento dos quase 28.000 atendimentos oferecidos nos CREAS (Centros de Referência Especial da Assistência Social), em 314 cidades brasileiras. Como mostra o quadro 1, constatou-se maior prevalência da violência entre os 7 aos 14 anos (Brasil, 2006).

Quadro 1: Incidência da Violência por idade da vítima

IDADE	0-6 ANOS	*7-14 ANOS	15-18 ANOS	TOTAL
Violência Física	765	2.194	477	3.436
Violência Psicológica	828	2.793	719	4.340
*Abuso Sexual	2.383	8.674	193	13.250
*Exploração Sexual	37	1.503	1.347	2.887
Negligência	923	2.574	576	4.073
Total	4.936	17.738	5.282	27.986

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (www.mds.gov.br). Acesso em: 28/07/2012.

***Grifo meu.

Na Tabela 2, apresentam-se os dados de um estudo de gênero e pode-se observar a grande prevalência de casos de abuso e exploração sexual em meninas.

Tabela 1 – Distribuição da violência por gênero

GÊNERO	Masculino	*Feminino	Total
Violência Física	1.719	1.717	3.436
Violência Psicológica	2.177	2.163	4.340
*Abuso Sexual	3.092	10.158	13.250
*Exploração Sexual	258	2.629	2.897
Negligência	2.145	1.928	4.073
		18.595	
Total	9.391		27.986

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (www.mds.gov.br). Acessado em 28/07/2012.

***Grifo meu.

O governo federal, através do Ministério da Saúde em 2006, inaugurou através do Sistema Único de Saúde (SUS), em vinte e sete municípios brasileiros, o

serviço de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), para notificação de vários tipos de violência, como violência sexual, doméstica e outras. As informações contidas neste documento servem como parâmetro para averiguar as principais violências cometidas (local, horário, perfil do agressor), buscando maior promoção de obras de prevenção e intervenção.

Os dados coletados no período de 2006 e 2007 pelo VIVA mostraram que a violência sexual foi a principal causa de atendimentos nos serviços de referência de violências. Dos 1.939 registros de violência contra crianças, 845 (44%) foram por violências sexuais (Brasil, 2008, p. 4).

Segundo os dados do VIVA, foi constatado que tanto na infância como na adolescência, a maior prevalência de casos de abuso sexual é com o gênero feminino (60% na infância e 78% na adolescência), sendo o domicílio o local de maior incidência de casos (Brasil, 2008).

Reitera-se novamente a constatação da necessidade de barrar esta violência. Por acreditar nos benefícios da prevenção como ganho à saúde, e neste caso é sim um ganho à saúde psíquica, física, ética e moral de crianças e jovens que tem o direito de se desenvolver com respeito e dignidade em todos os sentidos e setores de sua caminhada ao amadurecimento biopsicossocial; é sugerida a construção de um material educativo para as mães, com o objetivo de instrumentalizá-las e estimulá-las na aproximação e cuidado realmente efetivo de seus filhos. Ou seja, uma orientação de valores e direitos, destes indivíduos em formação, que sim, necessitam de orientação, que precisam ser alertados para então terem alguma chance de defesa, de enfrentamento no sentido de autoproteção.

4.3- MATERIAIS EDUCATIVOS SOBRE ABUSO SEXUAL:

O Brasil desde a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, tem buscado cada vez mais construir instrumentos e políticas que firmem de fato as prerrogativas do ECA. O grande desafio é efetivar na realidade da saúde estes estudos tão bem elaborados.

Para o desenvolvimento do presente projeto, realizou-se um levantamento preliminar sobre os materiais educativos criados por órgãos federais com abrangência nacional, que tratem do tema abuso sexual na infância e adolescência. Observou-se que os Estados e também alguns municípios, organizam-se na busca de disponibilizar materiais educativos sobre esta temática.

Dentre os materiais encontrados focou-se naqueles que tratam da questão do abuso sexual na infância e adolescência, embora haja bons trabalhos que falam de maneira bastante ampla dos diversos assuntos que envolvem os direitos das crianças e dos adolescentes. Nestes estudos mais abrangentes, quando encontrado a temática do abuso, foram também tomados em análise.

As cartilhas compiladas, especificamente sobre o assunto foram:

- Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, Mitos e Realidades (ABRAPIA, 2002);
- Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes (Cordeiro, 2006);
- Impacto da Violência na Saúde das Crianças e Adolescentes – Prevenção da Violência e Promoção da Cultura de Paz – Você é a peça principal para enfrentar este problema (Brasil, 2008);
- Violência Contra a Criança e o Adolescente – Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica (Brasil, 1997).

A partir deste levantamento preliminar de materiais, verificou-se que estas produções são direcionadas de forma ampla para a população em geral ou para profissionais que trabalham no atendimento a crianças e adolescentes. Embora exista também um direcionamento, em alguns escritos, para as famílias, não foram encontradas construções focadas na prevenção materna em relação ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Este projeto visa aprofundar esta análise, e propor elementos fundamentais à elaboração de materiais neste sentido.

5 METODOLOGIA

A realização deste projeto de pesquisa sobre o papel materno na prevenção do abuso sexual infanto-juvenil, será desenvolvido a partir de um levantamento de materiais educativos existentes sobre a questão do abuso sexual na infância e adolescência, produzidos no âmbito nacional por órgãos do governo federal do Brasil no período de 1990 à 2011, produzindo uma análise sistemática sobre os mesmos.

Buscar-se-á publicações eletrônicas em sites do governo federal, em órgãos como: Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, que abordam a prevenção à violência sexual, no período citado anteriormente.

Apoiar-se-á na Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069/90. Além de outras políticas públicas para enfrentar as formas de violência praticadas contra a infância e a juventude. Também serão pesquisados artigos científicos encontrados na base de dados Lilacs, Scielo e Adolec focados na problemática do abuso sexual em crianças e adolescentes, a partir das seguintes palavras-chave/descriptores: Maus tratos sexuais infantis, mães, prevenção primária, tecnologia da informação, políticas públicas.

Utilizando-se o método qualitativo, a partir da leitura do material será realizada uma análise descritiva do mesmo, com apoio da metodologia de análise de conteúdo. Segundo Minayo (2012) a história da análise de conteúdo encontra-se bem embasada por Bardin e refere que:

Em sua obra clássica essa autora nos trás uma definição abrangente acerca do assunto. Segundo ela a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção variáveis inferidas destas mensagens” (Bardin, 1979, p. 42 apud Minayo 2012, p. 83).

Para fins desta investigação serão constituídas as seguintes categorias prévias: caracterização de abuso sexual; formas de abuso sexual; consequências do abuso sexual; ações preventivas; leis de proteção; papel materno na prevenção do

abuso sexual infanto-juvenil, definidas a partir da análise preliminar realizada. Poderão ser definidas outras categorias emergentes da apreciação a ser desenvolvida.

Através dos conteúdos apontados na apreciação descritiva e da relação estabelecida com a fundamentação teórica, será apresentada uma proposta de elementos fundamentais para a produção de material educativo voltado para as mães de crianças e adolescentes.

7 ORÇAMENTO

	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Computador	1.600,00	1.600,00
20 meses de banda larga de internet	100,00	2.000,00
Impressora	200,00	200,00
Tinta para impressora (4 cartuchos)	50,00	200,00
Papel A4 (1 pacote de 500 folhas)	15,00	15,00
30 horas de trabalho técnico de revisão	100,00	3.000,00
10 páginas de diagramação da cartilha	200,00	200,00
Total do Projeto	2.265,00	7.215,00

Todos os custos do projeto correrão por conta da autora.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência. ABRAPIA. **Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, Mitos e Realidades**. Rio de Janeiro: 3ªed., Petrópolis, 2002, p. 8. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/Abuso_Sexual_mitos_realidade.pdf. Acesso em: 28 de jun. 2012.

BRASIL. **Leis Federais Especiais**. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069/90., Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2ª ed. , v. I - Tomo II, 2010, p. 123, 142, 151.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: ed. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2006, p. 58. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/planonacional.pdf>. Acesso em: 28 de jul. 2012.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 3ª ed., 2002b. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/plano_nacional.pdf. Acesso em: 23 de set. 2012.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social. **Programa Sentinela**. Programa de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: Ministério da Previdência e Assistência Social, 2001. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/1093.htm>. Acesso em: 23 de set. 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Impacto da Violência na Saúde das Crianças e Adolescentes** – Prevenção da Violência e Promoção da Cultura de Paz – Você é a peça principal para enfrentar este problema. Brasília, DF: Ed. Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/impacto_violencia_saude_crianças.pdf. Acesso em: 29 de jun. 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de maus tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde**: um

passo a mais em cidadania em saúde. Brasília, DF: ed. Ministério da Saúde, Série A. Normas e Manuais Técnicos, n. 167, 2002a. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/notificação_maustratos_crianças_adolescentes.pdf. Acesso em: 29 de jun. 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Violência Contra a Criança e o Adolescente** – Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica. Brasília, DF: Ed. Ministério da Saúde, 1997. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/0220violencia.pdf. Acesso em: 29 de jun. 2012.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **PAIR: Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro**. Portal Brasil, 2012. Disponível em: www1.direitos.humanos.gov.br/spdca/exploração_sexual/Acoes_PPCAM/pair. Acesso em: 21 de out. 2012.

_____. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf. Acesso em: 28 de set. 2012.

CORDEIRO, Flávia de Araújo. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília: Promotoria de Justiça e Defesa da Infância e da Juventude, 2006.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1993.

LIMA, Joana Azevêdo; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, 15(2), Maio - Agosto/2010, p. 130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n2/01.pdf>. Acesso em 16 set. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 31ª ed., 2012, p.83.

_____, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde: Temas em saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p.117.

VERONESE, J. R. P. & COSTA, M. M. M. **Violência Doméstica**: quando a vítima é a criança ou adolescente – uma leitura interdisciplinar. Florianópolis: OAB/SC Editora, (2006, p.101-102).

WASSERMANN, Virginia Graciela. **Crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar e suas respectivas mães**: autopercepção, relações interpessoais e representação de objeto. 2011. 115 folhas. Dissertação de Mestrado. Grau Mestre (Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Porto Alegre, 2011, p. 100. Disponível em: tede.pucrs.br/tde_arquivos/20/TDE-2011-04-11T125808Z-3102/Publico/430614.pdf. Acesso em 09 de set. 2012.